



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Edição Nº 8 - 23 de Maio de 2023 - Distribuição Gratuita

Relatório da TotalEnergies não responde à questão essencial – há condições para a retoma do projecto Mozambique LNG?

Por: Rui Mate, Aldemiro Bande e Gift Essinalo

O relatório publicado pela TotalEnergies, elaborado pelos consultores Jean-Christophe Rufin e Ingrid Glowacki, aborda muitas questões de entre humanitárias, de desenvolvimento e de segurança em Cabo Delgado, mas não responde à questão essencial: há ou não condições para a retoma do projecto de exploração de gás na Área 1, da Baía do Rovuma, suspenso desde Abril de 2021, devido aos ataques de insurgentes na vila sede de Palma?

Segundo o porta-voz da TotalEnergies, três condições devem ser observadas para a retoma do projecto a saber: i) garantias em relação à segurança de Cabo Delgado; ii) garantias em termos de direitos humanos e; iii) a questão dos custos do projecto após uma interrupção de mais de dois anos^[1]. A contratação de Jean-Christophe Rufin para realizar a avaliação em Cabo Delgado foi na sequência da visita do CEO da TotalEnergies, em Fevereiro deste ano, para avaliar a situação de segurança e humanitária, com vista à retoma do projecto^[1].

O Governo de Moçambique tem insistido que há condições para a retoma do projecto em Cabo Delgado. A última vez que o Presidente Filipe Nyusi abordou o assunto foi em Abril deste ano e disse: “temos estado a trabalhar assim em coordenação e em cooperação com a TotalEnergies e é muito favorável, o ambiente de trabalho também é favorável e contribui para que a qualquer momento possam retomar essa atividade”^[2].

Sem responder a esta questão central, se existem ou não condições para a retoma do projecto de exploração de gás, o relatório da TotalEnergies abre espaço para várias especulações sobre o futuro do projecto.

O principal objectivo da contratação do Jean-Christophe

Rufin é de averiguar a situação de segurança e humanitária em Cabo Delgado e propor acções complementares a serem implementadas. As conclusões deste relatório serão usadas pelos parceiros do projecto Mozambique LNG, a quem caberá decidir se as condições estão reunidas para uma retoma das actividades do projecto.

O relatório mostra que a situação de segurança e humanitária melhorou desde que a empresa paralisou as suas actividades mas desafios relacionados às dinâmicas do projecto nas comunidades, directa e indirectamente afectadas, ainda são enormes. Desse modo propõe uma mudança na lógica das intervenções da TotalEnergies, saindo de uma lógica de segurança para uma lógica de desenvolvimento integrado e uma quebra de ligações entre a empresa e instituições públicas, incluído as Forças Armadas.

Entretanto, o relatório de Jean-Christophe Rufin não apresenta a opinião dos autores sobre se há condições para a retoma do projecto, o que deixa as negociações entre o Governo e os parceiros do projecto numa situação de incerteza.

Relatório da TotalEnergies contraria a versão oficial do Governo sobre as causas do conflito

O discurso oficial do Governo moçambicano é de que os ataques em Cabo Delgado são uma agressão externa que visa desestabilizar a governação da Frelimo. “Porque a onda de manifestações e outras tentativas de criar desordem nunca surtiram efeito para enfraquecer a Frelimo e o

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: rui.mate@cipmoz.org

povo, os nossos inimigos montaram a agressão terrorista”, disse Filipe Nyusi num dos vários comentários sobre a guerra em Cabo Delgado^[3].

O relatório publicado pela TotalEnergies contraria esta ideia do Governo. Os autores do relatório argumentam que o conflito em Cabo Delgado não pode ser atribuído a uma “contaminação estrangeira” uma vez que a participação de elementos locais é inegável. Aponta como principais causas, prováveis, do conflito as seguintes: i. as desigualdades entre o norte e o sul do país; ii. as rivalidades étnicas; iii. o legado da guerra civil entre a FRELIMO e RENAMO; iv. a falta de serviços públicos; v. questões relacionadas com a exploração dos recursos naturais; vi. a presença de actividade mafiosa na zona; vii. influências regionais; e viii. o papel do terrorismo jihadista internacional.

A Perspectiva adoptada no relatório da TotalEnergies sobre as causas do conflito em Cabo Delgado não é nova. Já foi apontada em outros estudos sobre as prováveis razões para o conflito^[4].

A resposta da TotalEnergies face às causas do conflito

Identificadas as causas do conflito, o relatório, encomendado pela TotalEnergies, recomenda que o consórcio Mozambique LNG deve tomar acções de desenvolvimento económico e social para responder ao conflito. As iniciativas devem ser abrangentes no sentido de não abarcar somente as zonas de influência da TotalEnergies, mas também as regiões circunvizinhas, e até toda a província.

Um dos mecanismos de efectivação desta iniciativa é a transformação da iniciativa denominada “*Pamoja Tunaweza*” (Juntos Podemos”) em uma fundação que vai assegurar a coerência, a coordenação e a visibilidade das acções socioeconómicas do Mozambique LNG.

A fundação terá um orçamento de 200 milhões dólares, para vários anos (não foi referido quantos) e deverá ser supervisionada por um conselho de administração que integrará organizações internacionais, parceiros do Mozambique LNG e representantes da sociedade civil – não há referência à presença do Governo na supervisão da fundação.

Importa referir que a aplicação dos 200 milhões de dólares em iniciativas de investimento para os vários distritos da província irá constituir um reforço substancial ao actual investimento canalizado através do Orçamento do Estado. Por exemplo, para 2023 está previsto um valor de cerca de 5 milhões de dólares para investimentos nos distritos da província. Se, por exemplo, os 200 milhões forem investidos em 10 anos, o equivalente a 20 milhões de dólares por ano¹, o projecto Mozambique LNG estaria a investir 400% acima do investimento do Governo, canalizado através do Orçamento do Estado. Esta situação constitui um risco de fragilização do papel do Governo na província uma vez que

1 O relatório do Jean-Christophe Rufin e o plano de acção da Mozambique LNG não referem o período para aplicação do orçamento.

o projecto estaria a contribuir, de forma directa, muito mais do que o Governo. Acresce-se a esse risco o facto de o relatório propor a quebra de algumas relações entre a empresa e instituições e funcionários públicos.

A fundação proposta pela TotalEnergies, para fazer o trabalho similar ao atribuído à Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) que foi criada pelo Governo para promover projectos de desenvolvimento em Cabo Delgado e noutras províncias do Norte, mostra que a agência governamental não está à altura de responder às necessidades e aos desafios da província, em termos de desenvolvimento económico.

O “distanciamento” da TotalEnergies para com a ADIN notou-se desde o início da implementação das iniciativas de recuperação dos serviços básicos em Palma e Mocímboa da Praia. Muitas destas iniciativas da TotalEnergies foram implementadas em Palma e Mocímboa, no âmbito do projecto “*Pamoja Tunaweza*”, mas sem grande envolvimento da ADIN. Essencialmente, a decisão da Total parece uma resposta à falta de acção da ADIN e à necessidade de se flexibilizarem projectos de desenvolvimento com intervenção mínima do Governo.

Portanto, as recomendações do relatório resultam do entendimento de que essas questões transversais negligenciadas pelo Governo podem impactar negativamente no desenvolvimento dos projectos e causar enormes perdas dos investimentos da empresa.

Críticas à ANADARKO e proposta para retirada das Forças de Defesa e Segurança de Afungi

O relatório aponta que o projecto herdou da Anadarko, antiga concessionária, uma relação limitada, essencialmente defensiva e de segurança. O contacto da empresa com o meio local limitava-se a cinco comunidades afectadas pela atribuição do DUAT. Com a entrada do consórcio liderado pela TotalEnergies, a abordagem mudou para uma maior abertura e abrangência com a população local. No entanto, a implementação foi afectada pelos eventos que se seguiram até a paralisação das actividades.

O relatório da TotalEnergies recomenda ao projecto Mozambique LNG a cortar qualquer ligação directa com as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), justificando que as tropas moçambicanas não têm meios e capacidade combativa e a intervenção das forças do Ruanda contribuiu para a manutenção da segurança em Afungi. Segundo o relatório, uma ligação permanente entre os projectos de gás (Mozambique LNG) e as FADM teria efeito negativo na aceção do Direito Internacional Humanitário

(Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais de 1977), de tornar o projecto uma parte no conflito.

As FADM têm um contingente de cerca de 600 homens estacionados em Afungi para a protecção dos projectos de gás. O destacamento das FADM para Afungi é resultado de um acordo celebrando entre o Governo e a Anadarko, que foi herdado e emendando pela TotalEnergies.

O relatório refere que a partir do final de 2021, e ao longo de 2022, melhorias nas condições de segurança permitiram o regresso gradual dos deslocados e a implementação de alguns projectos por parte de varias organizações mas verifica-se que os projectos estão concentrados em Afungi. À medida que se afasta de Afungi esta concentração reduz. Tipicamente o projecto financia 4 categorias de projectos, nomeadamente: *i) Apoiar e dar oportunidades aos canais de produção locais; ii) Apoiar o comércio e a mobilidade, o desenvolvimento das pequenas e médias empresas; iii) Apoio à recuperação de infra-estruturas e obras públicas; e iv) Apoio à formação e à educação.*

O relatório conclui que a filosofia geral deste apoio é incentivar a produção local e o desenvolvimento de pequenas empresas e de empregos locais, o que favorece a mobilidade e o comércio e liga o projecto Mozambique LNG ao seu ambiente. Com esta abordagem, são criadas as condições para que o local de Afungi, e o seu pessoal, seja um mercado local forte e ofereça oportunidades aos produtores locais. No entanto, esta abordagem coloca uma questão de coerência e coordenação global uma vez que que todas as acções da Mozambique LNG são mais direccionadas por preocupações de segurança do que por uma verdadeira lógica de desenvolvimento.

Segundo o relatório, a distribuição espacial dos programas está organizada em três camadas concentradas à volta da base de Afungi. Estas camadas correspondem às três zonas de segurança delineadas em torno do projecto Mozambique LNG.

^[1] TotalEnergies (03 de Fevereiro de 2023). Mozambique LNG: TotalEnergies Entrusts Jean-Christophe Rufin with an Independent Mission to Assess the Humanitarian Situation in Cabo Delgado Province. *Press Release*. Disponível em <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/mozambique-lng-totalenergies-entrusts-jean-christophe-rufin-independent> (consultado a 24 de Março de 2023)

^[2] Silva, Romeu (24 de Abril de 2023). Nyusi considera favoráveis condições para regresso da Total. Deustche Welle. Disponível <https://www.dw.com/pt-002/nyusi-considera-favoráveis-condições-para-regresso-da-total/a-65443079> (Consultado a 24.Abr.2023)

^[3] Lusa (25 de Agosto de 2022). **Nyusi: Insurgência em Cabo Delgado visa enfraquecer FRELIMO**. DW. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-insurgência-visa-enfraquecer-governação-da-frelimo-diz-nyusi/a-62925367> (consultado a 23 de Maio de 2023)

^[4] CAMBRÃO, Pedrito; JULIÃO, Domingos M. (2022), “Cabo Delgado: guerra fratricida (des)conhecida?

Causas e implicações internas a partir de um olhar antropológico”, *Sociologia: Revista da*

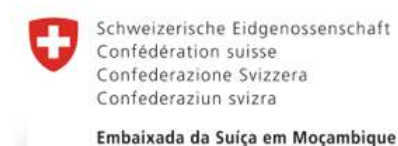
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XLIV, pp. 67-84.

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc44a4>

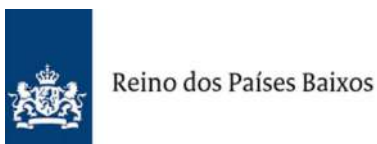


CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Rui Mate, Aldemiro Bande e Gift Essinalo

Revisão de pares: Borges Nhamirre, Edson Cortez e Estrela Charles

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique